

MOVIMENTOS EM MOVIMENTO NA AGENDA DA EDUCAÇÃO¹

André Lázaro²

Luciano Cerqueira³

Carolina Castro⁴

Resumo: O artigo informa e analisa resultados da pesquisa “*Movimentos em movimento*” desenvolvida pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) e pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em parceria com a Fundação Carlos Chagas e apoio da Fundação Ford. A investigação teve por objetivo identificar o lugar da agenda educacional na pauta de organizações do movimento negro. Foi realizada no segundo semestre de 2016 pela equipe do projeto Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior – GES-ES, que tem se dedicado ao estudo das políticas de ação afirmativa na educação superior. Foram identificadas 526 organizações de movimentos sociais, sendo 357 com contato, às quais foram enviados os questionários sobre a agenda da educação na pauta dessas entidades. Foram 57 (16%) questionários respondidos e o artigo analisa tanto as dificuldades de localização das organizações quanto o relativamente baixo volume de devoluções. Em resposta à questão do seminário “*do que mais precisamos falar*” propõe refletir sobre “*com quem mais precisamos falar*” e apresenta um conjunto questões que devem ser respondidas pelas políticas de ação afirmativa na educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior; Movimento Negro e Ação Afirmativa; Desigualdade Racial e Educação.

MOVEMENTS IN MOVEMENT ON THE AGENDA OF EDUCATION

Abstract: The article reports and analyzes results of the research “*Movements in movement*” developed by the Latin American Faculty of Social Sciences (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso) and by the Public Policy Laboratory (Laboratório de Políticas Públicas - LPP) of the State University of Rio de Janeiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ) in partnership with the Carlos Chagas Foundation and support from the Ford Foundation. The investigation had by objective identify the position of the educational agenda at the schedule of black movement organizations. It was held in the second half of 2016 by the team of the Strategic Group of Analysis of Higher Education (Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior – GES-ES) that have been dedicating themselves to the study of affirmative action policies in higher education. 526 organizations of social movements were identified, 357

¹Agradecemos à Fundação Carlos Chagas, ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Paulo e à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros a oportunidade de participar dessa mesa e registramos a honra de apresentar nosso trabalho diante de pessoas que são referência nesse campo de estudos e de lutas. *E-mail:* andrelflazaro@gmail.com

²Professor associado da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisador da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) e diretor da Fundação Santillana.

³ Pesquisador do projeto GEA-ES (Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior)], da Flacso, doutorando do programa PPFH (Programa de Políticas Públicas e Formação Humana) /Uerj.

⁴ Pesquisadora do projeto GEA-ES, mestrando do programa da FE da Universidade Federal Fluminense (UFF).

were contacted and received the questionnaires about the educational agenda in the schedule of these entities. 57 (16%) of these questionnaires were answered and the article analyzes both the difficulties of localization of the organizations and the relatively low volume of returns. In response to the question of the "what else do we need to talk about" seminar, we propose the reflection on "who else do we need to talk to" and presents a set of questions that must be answered by affirmative action policies in higher education.

Key-words: Higher Education; Black Movement And Affirmative Action; Racial Inequality and Education.

MOVEMENTS EN MOUVEMENT DANS L'AGENDA DE L'EDUCATION

Resumé: L'article présente et analyse les résultats de la recherche "Mouvements en mouvement" développée par la Faculté latino-américaine de sciences sociales (Flacso) et le Laboratoire des politiques publiques (LPP) de l'Université d'État de Rio de Janeiro (UERJ), en partenariat avec Fondation Carlos Chagas et le soutien de la Fondation Ford. Le but de la recherche était d'identifier la place du projet éducatif dans le programme des organisations du mouvement noir en Brésil. Il a été mis en place au second semestre 2016 par l'équipe du Group stratégique d'analyse de l'enseignement supérieur - GES-ES, qui est consacré à l'étude des politiques d'action positive dans l'enseignement supérieur. On a identifié 526 organisations de mouvements sociaux, dont 357 personnes de contact, auxquelles ont été envoyés des questionnaires sur l'agenda de l'éducation. On a répondu à 57 questionnaires (16%) et l'article analyse à la fois les difficultés de localisation des organisations et le volume relativement faible des retours. En réponse à la question du séminaire "De quoi d'autre avons-nous besoin de parler?", nous proposons de réfléchir à "à qui d'autre nous devons parler". Ensuite, nous présentons un ensemble de questions auxquelles doivent répondre les politiques d'action positive dans l'enseignement supérieur.

Mots-clés: Enseignement Supérieur; Mouvement Noir et Action Affirmative; L'inégalité Raciale et L'éducation.

MOVIMIENTOS EN MOVIMIENTO EN LA AGENDA DE LA EDUCACIÓN

Resumen: El artículo informa y analiza resultados de la investigación "Movimientos en movimiento" desarrollada por la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) y por el Laboratorio de Políticas Públicas (LPP) de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (Uerj), en asociación con la "Fundación Carlos Chagas y apoyo de la Fundación Ford. La investigación tuvo por objetivo identificar el lugar de la agenda educativa en la pauta de organizaciones del movimiento negro. Se realizó en el segundo semestre de 2016 por el equipo del proyecto Grupo Estratégico de Análisis de la Educación Superior - GES-ES, que se ha dedicado al estudio de las políticas de acción afirmativa en la educación superior. Se identificaron 526 organizaciones de movimientos sociales, siendo 357 con contacto, a las cuales fueron enviados los cuestionarios sobre la agenda de la educación. Tuvimos 57 cuestionarios respondidos (16%) y el artículo analiza tanto las dificultades de localización de las organizaciones como el relativamente bajo volumen de devoluciones. En respuesta a la cuestión del seminario "de lo que más necesitamos hablar" propone reflexionar sobre "con quienes más necesitamos hablar" y presenta un conjunto de cuestiones que deben ser respondidas por las políticas de acción afirmativa en la educación superior.

Palabras-clave: Educación Superior; Movimiento Negro y Acción Afirmativa; Desigualdad Racial y Educación.



ATUALIDADE DA EDIÇÃO DE 1987⁵

Este encontro trata da edição de *Cadernos de Pesquisa* n.º 63, da Fundação Carlos Chagas, de 1987. O Seminário “O Negro e a Educação”, de dezembro de 1986, e a publicação do ano seguinte nos convocam a avaliar que conquistas foram alcançadas e como serão sustentadas nesse cenário de incertezas após o golpe de Estado de maio de 2016.

Ao ler hoje a edição n.º 63 – “Raça Negra e Educação” –, chama a atenção o modo como organiza a questão: traz análises de dados educacionais, discute a socialização da criança, apresenta experiências de currículo e iniciativas culturais. A educação é parte de um mundo que a articula e determina. Ao mesmo tempo, a ação da educação pode ser um campo de inovação e superação dessas determinações, como mostra esta edição, ao demandar o reconhecimento da “raça negra” na formação da sociedade brasileira. A reflexão acadêmica e política interroga esse seminário que se realiza 30 anos depois: “*do que mais precisamos falar?*”

É possível afirmar que as questões da época e as de hoje mudaram de lugar, mas não de natureza: o racismo estrutural, a violência física e simbólica contra a população negra, a exclusão dos espaços de poder e decisão, a discriminação no mercado de trabalho. Esses temas estavam no encontro de 1986 e na Revista de 1987. Eles permanecem atuais na agenda do movimento negro, dos movimentos antirracistas e da atual resistência democrática.

O caderno de 1987 é apresentado pela Carta da Editora, profa. Maria Malta: “este caderno”, diz ela, “traz para a área da educação o desafio da crença nos seus poderes” (p3)

O professor Ivair Augusto dos Santos assina a apresentação em nome do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, organizadora do encontro de 1986, e destaca os temas de interesse: “trabalho, segurança pública, comunicação e educação” (p 6). Sublinha a necessidade de contar com pessoas

⁵ O artigo é uma adaptação da palestra “Novas formas de organização social e a agenda de educação: espaços formais e informais”, apresentada no dia 24 de agosto de 2017.



que tenham “formação e informação” e completa: “é nosso desejo também que pessoas que não pertençam à comunidade negra se engajem nessa luta”. Por fim Peter Fry, que à época dirigia a Fundação Ford, aponta a relevância de “reunir pessoas – militantes, pesquisadores, professores – que vêm trabalhando isoladamente ou com pouco contato entre si” (p 7).

A capa dos *Cadernos de Pesquisada* edição de novembro de 1987 traz a fotografia de uma jovem que parece olhar com apreensão para um ponto fora do quadro. Ela segura com firmeza o lápis com o qual parece copiar uma lição. A atualização da foto da capa não traria uma estudante das primeiras letras, como parece ser a ali retratada, mas uma estudante negra de curso superior – quem sabe mesmo medicina, direito ou engenharia. A mudança de nível escolar será prova suficiente de que foram ultrapassados os obstáculos que, há trinta anos, limitavam o acesso da população negra à educação?

A agenda da produção intelectual daquela edição cresceu no período posterior pelo engajamento de movimentos, acadêmicos, políticos e também de instituições cujo exemplo expressivo é a própria Fundação Carlos Chagas que hoje nos reúne. “Do que mais precisamos falar?” pergunta o Seminário, como se já houvesse conhecimento suficiente para a superação de muitos dos obstáculos identificados em 1987. Apesar dos avanços na identificação dos mecanismos e indicadores das desigualdades, ainda há muito sobre o que falar. E, em atenção ao desafio deste seminário, é necessária uma questão adicional: “com quem mais precisamos falar?”

Em mesas anteriores, os temas “do que falar” e “com quem falar” foram tratados por diversas intervenções, como fez, por exemplo, Tatiana Dias da Silva⁶, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Seu trabalho contradiz em parte uma esperança da publicação de 1987: confrontados os desafios de há trinta anos com os resultados atuais, há avanços de atendimento e fluxo, mas persistem na educação básica inaceitáveis diferenças de acesso, desempenho e exclusão contra a população negra. Ela chamou a atenção para mecanismos de exercício da dominação: domínio disciplinar, domínio das práticas, onde persistem desigualdades, discriminação e

⁶ Palestra: População negra, educação e mudança institucional, 23 de agosto de 2017.



exclusão. A professora Nilma Lino Gomes⁷ apresentou um balanço de conquistas normativas que expressam como as lutas sociais e políticas do movimento negro marcaram a legislação com avanços progressivos. Nesse sentido, destacou ela, “os movimentos sociais são educadores do estado e da própria sociedade”.

O seminário de 1986 e a revista de 1987 expressam o crescimento do movimento social, em especial do movimento negro, e o declínio da ditadura civil-militar do golpe de 1964. Naquele momento, o evento e a publicação antecipavam temas da Constituinte de 1988. Dali em diante a educação viu crescer a demanda por direitos e igualdade, lutas que destacavam tanto o silêncio da educação sobre a cultura afro-brasileira como denunciavam as condições desiguais de acesso, aprendizagem relevante e fluxo das crianças e jovens negros. Mais do que isso, o movimento negro apontava como esses dois aspectos estão intimamente articulados, fazendo da escola tradicional uma máquina de exclusão e responsabilização da própria população negra por sua trajetória escolar desigual.

Entre os muitos resultados dessa luta de décadas destacam-se a lei n. 10.639, de 2003, incluindo sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação⁸ (CNE), e a lei n. 12.711, de 2012 (Brasil, 2012), exemplos do caráter educativo dos movimentos sociais para a sociedade e o Estado. A primeira lei e os documentos regulatórios do CNE estabelecem o lugar da cultura afro-brasileira na educação básica. A segunda define a política de ação afirmativa para acesso a instituições federais de educação média e superior, com a reserva de vagas para a escola pública, estudantes de baixa renda, negros e indígenas. Posteriormente a lei n. 12.990, de 2014, “reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos federais” (Brasil, 2014).

A política de reserva de vagas para acesso à educação superior em instituições federais, considerando critérios sociais e raciais, pode ser vista como um dos pontos marcantes das lutas pelo acesso à educação. Acompanhar as proporções e condições de chegada da juventude negra ao nível terciário fornece indicadores importantes para a avaliação de todo o fluxo escolar da educação básica. Nesse sentido, sua relevância é

⁷ Palestra: O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais, 23 de agosto de 2017.

⁸ O Conselho Nacional de Educação produziu dois documentos de referência sobre a lei n. 10.639: o Parecer n. 3, homologado e publicado em 19 de maio de 2004 e a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004.



tanto para os indivíduos que logram superar as barreiras quanto para os que almejam promover a equidade por meio de políticas públicas na educação.

DESAFIOS PERSISTENTES E AVANÇOS DESIGUAIS

O estudo dos Censos demográficos brasileiros desde 1960 até 2010 (Arretche, 2015) permite uma visão de conjunto de como os distintos grupos sociais avançaram no exercício de seus direitos, em particular na educação:

O Brasil de 1960 era um país rural, no qual as desigualdades da oferta de serviços de infraestrutura no vasto território nacional eram pequenas. Esta era, contudo, uma relativa igualdade na pobreza. [...] O mercado de trabalho era predominantemente masculino. Em 1970, em um país esmagadoramente católico, as mulheres tinham em média seis filhos, mas as mais escolarizadas apresentavam uma taxa de fertilidade de dois filhos por mulher. [...] Mais de três quartos da população brasileira era funcionalmente analfabeta, isto é, tinham somente até três anos de estudos. Apenas 20% dos jovens de 12 a 15 anos completavam 4 anos de estudo. A universidade era um ambiente restrito aos homens brancos oriundos dos estratos superiores. A desigualdade entre brancos e não brancos já começava no acesso aos bancos do ensino fundamental. (Arretche, 2015, p.4)

Comparado com os anos 1960, o cenário de 2010 era bem distinto e revela outras dinâmicas, com a ampliação do acesso a serviços básicos como educação, água, eletricidade, coleta de lixo, todos favorecidos pelo vertiginoso processo de urbanização que se acentua a partir dos anos 1970. Completa a apresentadora do estudo:

Em 2010 o Brasil era um país altamente urbanizado: 85% da população brasileira viviam em cidades. [...] O analfabetismo funcional havia caído para menos de 20% da população economicamente ativa, concentrada na população idosa. [...] quase 70% dos jovens completavam oito anos de estudo. [...]. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil no Brasil caiu de 69 para 16 por mil nascidos vivos, e a esperança de vida passou de 62 para 73 anos. (Arretche, 2015, p.5)

No entanto, ao longo do período analisado, são nítidas as diferenças entre os indicadores alcançados pelos distintos grupos sociais, especialmente no acesso à educação:

Ao longo dos últimos cinquenta anos, em todas as faixas etárias e níveis educacionais considerados, a variável cor/raça demonstra que as chances de acesso e ascensão dos jovens pretos e pardos no sistema educacional são consideravelmente menores quando comparadas às chances de progressão dos indivíduos brancos. (Ribeiro; Ceneviva; Brito, 2015, p. 103-104)



O censo de 2010 ainda não havia captado as mudanças provocadas pelas políticas de ação afirmativa para ingresso na educação superior. As políticas estaduais, iniciadas pelas Universidades do Estado do Rio de Janeiro e a do Estado da Bahia, ambas em 2002, abriram caminho para que as demais instituições públicas, ao longo da primeira década do século, adotassem iniciativas próprias, até que, em 2012, a lei federal estabeleceu o padrão atualmente adotado pelas instituições federais.

Dados da segunda década do século XXI confirmam que o racismo continua produzindo e reproduzindo desigualdades, violência e vítimas. A violência contra a juventude se traduz no aumento de homicídios: na faixa de 16 e 17 anos, em 2013, a taxa de homicídios contra a juventude negra foi de 66,3 por 100 mil, quase o triplo do que vitimou jovens brancos (24,2 por 100 mil) (Waiselfisz, 2015). A participação – ou melhor, baixa participação – nos espaços de poder pode ser mensurada pela composição da Câmara: na legislatura de 2015-2018, entre os 513 deputados, apenas 81 se disseram pardos e 22 pretos. São 103 negros e 410 brancos⁹. No mercado de trabalho, os temas de gênero e raça/cor organizam a desigualdade: dados de 2012 informam que as mulheres negras recebem a menor remuneração por hora trabalhada, considerando todos os níveis de escolaridade, mesmo os mais elevados, onde, aliás a desigualdade é maior¹⁰.

O acesso à educação superior pela população negra alcançou expressivo avanço, no entanto em 2014 a proporção de jovens negros de 18 a 24 anos na educação superior (14%) era inferior à de jovens brancos no ano de 2004 (19,2%). No mesmo período foram as populações de pretos (263%) e de pardos (149,4%), segundo descrição do IBGE, aqueles grupos que mais aumentaram sua presença nos cursos de graduação (INEP. 2016, p. 285-286). Suas presenças estão distribuídas desigualmente entre os cursos. Estudo sobre “a cor dos cursos de graduação”, examinando dados dos ciclos do Enade¹¹, revela que se ampliou a presença de estudantes negros em cursos como

⁹ *Folha de S.Paulo*, 11/10/2014.

¹⁰ Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015, página 90.

¹¹ Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): “o exame aplicado aos estudantes concluintes dos cursos de graduação, das diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de avaliar a sua formação geral e o seu rendimento acadêmico com relação ao seu domínio dos conteúdos específicos da área de profissionalização, em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação” (Ristoff, 2016, p. 31). A cada ano é examinado um conjunto de cursos e a avaliação do total de cursos se completa em três anos. Retoma-se então a avaliação do conjunto inicial de cursos. Os três ciclos já divulgados foram: 1º ciclo 2004-2006, 2º ciclo 2007-2009, 3º ciclo 2010-2012.

medicina, agronomia, veterinária, entre outros, embora com resultados muito inferiores aos da participação da população negra na sociedade brasileira. Em nenhum curso de graduação, naquele ano, a presença de estudantes que se identificam como “pardos” é equivalente à presença desse grupo na população brasileira. No entanto, se as proporções ainda são inferiores, a presença dos coletivos negros nas instituições universitárias públicas indica uma mudança na política e nas reivindicações estudantis. Além das questões que tradicionalmente marcam as pautas universitárias, os coletivos de negros e negras interrogam a academia: onde estão os autores negros? Quais são os temas de investigação que dialogam com os desafios que provocam a juventude comprometida com suas comunidades de origem? Onde estão os professores e professoras negras?

COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS: O GEA-ES

A exemplo da Fundação Carlos Chagas, diversas instituições assumiram compromissos com o estudo das desigualdades e da questão racial no Brasil e suas repercussões na educação. A pesquisa aqui apresentada – *Movimentos em movimento* – é parte das atividades de um projeto que é, simultaneamente, pesquisa, ação e promoção do debate sobre a questão racial e educação. A Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso) e o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/Uerj) desenvolvem o projeto Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior – GES-ES, que contou com apoio da Fundação Ford no período 2012/2016.

A Flacso é uma instituição intergovernamental com 19 estados-membros e presença em 15 países,¹² que tem compromisso com a pesquisa que contribua para a promoção dos direitos humanos. Entre outras iniciativas, como os estudos sobre violência no sistema escolar¹³, tem produzido e publicado o Mapa da Violência¹⁴, do professor e pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz. As sucessivas edições do Mapa têm iluminado a brutalidade que atravessa a sociedade brasileira, quer mensurando as mortes

¹² No Brasil a atual diretora é a professora Salete Camba, reconhecida por sua atuação nos campos da educação e dos direitos humanos, organizadora do Fórum Social Mundial, ex-dirigente da Secretaria de Direitos Humanos na gestão da Presidenta Dilma Rousseff.

¹³ Pesquisas orientadas por Miriam Abramovay (2016): <http://flacso.org.br/?publication=diagnostico-participativo-das-violencias-nas-escolas-falam-os-jovens>

¹⁴ Disponível em: <http://flacso.org.br/?s=mapa+da+violencia>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

pelo uso de armas de fogo, quer denunciando a violência contra as mulheres, o assassinato da juventude, com destaque às denúncias do extermínio da juventude negra que subsidiaram duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) do Congresso Nacional.

O Laboratório de Políticas Públicas da Uerj (LPP/Uerj), no início dos anos 2000, e com apoio da Fundação Ford, teve empenho especial no debate sobre as políticas de ação afirmativa, quando estimulou e apoiou a produção intelectual e formação de cursos que agregavam estudantes negros para o ingresso na educação superior. É necessário registrar o reconhecimento pelo trabalho de Ana Toni, na Fundação Ford, a reitora Nilcea Freire, na Uerj, e os professores Pablo Gentili e Emir Sader, que conduziram o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR) no LPP/Uerj. No histórico das instituições Flacso e LPP/Uerj estão as raízes do projeto Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior – GES-ES¹⁵.

O projeto GEA-ES tem por objetivo a produção e difusão de informação sobre as políticas de ação afirmativa para ingresso na educação superior e temas correlatos. O projeto conta com publicações acadêmicas, sistematização de informações por meio de um *clipping* diário, organização do Centro de Documentação e a realização de fóruns de debate. As publicações convergem para duas coleções: *Cadernos do GEA* e *Estudos Afirmativos*. A coleção *Cadernos do GEA* é composta por trabalhos dedicados à análise de dados do Censo da Educação Superior, questionários socioeconômicos do Exame Nacional de desempenho de estudantes (Enade), Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) e entre outras fontes, dedicados ao tema da democratização da educação superior. Já foram publicados dez números. A coleção *Estudos Afirmativos*, com oito volumes publicados, reuniu relatos de experiências institucionais ou de projetos, como o Conexões de Saberes¹⁶, sobre a implantação de ações afirmativas por instituições federais e estaduais de educação, contemplando universidades e institutos¹⁷.

¹⁵Disponível em: http://flacso.org.br/?page_id=7785. Acesso em? 10 de setembro de 2017.

¹⁶ Tema do volume 6 da Coleção, publicado em 2016.

¹⁷ Estão publicados dez números de *Cadernos* e oito da coleção *Estudos*. Essas e outras publicações estão disponíveis para *download* na página: www.flacso.org.br/gea.

Os debates ganharam forma nos Fóruns de Ação Afirmativa, que colocaram a questão de “*com quem falar*” no centro de suas preocupações¹⁸. A proposta de criar os fóruns surgiu quando os pesquisadores do GEA identificaram resistências à implantação da lei federal de reserva de vagas (Lei n. 12.711) e que seria por meio do diálogo a possibilidade de superar esses obstáculos. Havia a necessidade de promover a articulação entre o saber acadêmico, sujeitos de direito, gestores públicos e movimentos sociais para que o acesso à educação superior, garantido pelas recentes inovações legais, pudesse de fato ser ampliado. A tarefa de reunir esses atores teve início com a participação da equipe do GEA em encontros com a perspectiva de realizar fóruns nos territórios.

Os Fóruns de Ações Afirmativas realizados pelo GEA tiveram o objetivo de promover o diálogo entre gestores das Instituições Públicas de Educação Superior (estaduais e federais), lideranças dos movimentos sociais e estudantis, pesquisadores de ações afirmativas e a rede pública de ensino médio. Os Fóruns não tiveram caráter deliberativo, antes era um espaço para troca de informações e experiências, expressão de expectativas e construção de consensos sobre a importância e o impacto dessas políticas, tanto nas IES quanto nas redes de ensino médio, nas comunidades de origem dos estudantes beneficiados e nos movimentos sociais.

Para criar esse ambiente de diálogo, foram convidados grupos de pessoas com responsabilidades e compromissos com as iniciativas de democratização da educação superior. O método de trabalho foi o diálogo franco e fraterno durante dois dias, a partir da apresentação de dados (nacionais e locais) e o compartilhamento de experiências em curso. Com essa metodologia de trabalho foi possível promover a aproximação e o contato entre os atores políticos e sociais relevantes; avaliação de riscos e oportunidades; e a construção de caminhos e alternativas para fortalecer o ingresso, a permanência e a conclusão no ensino superior de grupos tradicionalmente excluídos.

¹⁸O coordenador André Lázaro e o pesquisador Luciano Cerqueira, com apoio dos estagiários do LPP/Uerj realizaram Fóruns em dez estados da federação entre 2013 e 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/?post_type=agenda&gea=GEA&eventos=passados. Acesso em 10 de setembro de 2017.



Em três anos foram realizados dez fóruns de ações afirmativas em estados de todos as regiões do Brasil¹⁹. Além disso, a equipe do GEA-ES foi convidada a participar de diversos eventos e reuniões que tratavam da democratização da educação superior (entre elas, duas reuniões na Comissão da sociedade civil de acompanhamento da lei de cotas, realizadas no MEC).

Nos Fóruns realizados nota-se que as IFES estão em graus diferentes de adequação da Lei n. 12.711. Enquanto havia instituições com departamentos criados para tratar com os/as estudantes ingressantes pelas ações afirmativas – seja matrícula, bolsa, auxílios, etc. –, em outras apenas um ou dois funcionários estavam disponíveis para receber esses jovens e tratar dos mesmos assuntos. Há também universidades que adotam a "Lei de cotas" mas “empurram” o aluno cotista para o segundo semestre, enquanto outras fazem questão de criar núcleos de acolhimento para os mesmos; há instituições que querem criar instrumentos que permitam o/a cotista acumular bolsas para sua manutenção com dignidade nas instituições, enquanto outras sequer informam ou disponibilizam os benefícios obrigatórios.

A despeito das diferenças entre os dez estados, foi possível identificar pontos em comum:

a. As instituições públicas de educação superior não mantêm relações sistemáticas e regulares com as redes públicas de ensino médio para difundir informações sobre os direitos que a legislação de ação afirmativa confere aos estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e jovens de baixa renda;

b. Em geral, as instituições de educação ignoram os saberes com que esses novos ingressantes chegam à universidade e destacamos conhecimentos escolares específicos de que eventualmente carecem, gerando dúvida sobre o direito que conquistaram com seus esforços e dedicação, não raro superando situações escolares e sociais adversas;

c. Ao longo da trajetória acadêmica, a participação nas atividades de monitoria, pesquisa e extensão, em geral, não segue diretrizes explícitas das instituições para fortalecer a inclusão acadêmica dos novos ingressantes;

¹⁹ Foram realizados fóruns nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins.



- d. As políticas de permanência e acolhimento não são claramente debatidas e avaliadas pelos estudantes e suas demandas subjetivas são pouco consideradas;
- e. O combate ao racismo não integra a agenda da maioria das instituições visitadas e registram-se episódios de racismo em sala e nos *campi* sem que haja políticas institucionais para coibi-los com a firmeza necessária;
- f. Os estudantes não são acompanhados após a conclusão dos cursos de graduação em seu ingresso na pós-graduação ou no mercado de trabalho.

Um aspecto que chamou a atenção nos Fóruns realizados foi a relativamente pequena interação entre os jovens militantes, em especial do movimento negro, e as gerações anteriores que se empenharam na conquista de direitos, como as políticas de ação afirmativa. Essa constatação foi realizada pelos próprios participantes das reuniões, sugerindo a necessidade de ampliar redes de contato e promover a conexão entre experiências de distintas gerações.

Os processos de inclusão de jovens de origem popular nas instituições federais enfrentam diversos tipos de obstáculos que fragilizam as iniciativas e podem concorrer para seu fracasso²⁰. Por isso é fundamental desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação, e contribuir com a formação de quadros com capacidade analítica para selecionar e interpretar dados relativos à agenda. A memória social é um componente central na transmissão de valores e experiências de lutas e esse aspecto motivou a abertura de um diálogo com a Fundação Carlos Chagas para avaliar estratégias de como instituições que produzem informações sobre as políticas de ação afirmativa em educação podem contribuir para difundi-las e, simultaneamente, aproximar gerações. Assim nasceu a pesquisa “Movimentos em movimento”, buscando criar um caminho para “*com quem falar*”. Trata-se de falar com as juventudes e com organizações de diferentes tipos nos movimentos sociais para apresentar informações, fontes de dados e instrumentos de análise que permitam aprofundar as lutas pela democratização da educação e enfrentamento do racismo. São lutas que se identificam, pois a democracia no Brasil será precária e frágil enquanto persistirem as exclusões e discriminações motivadas pelo racismo.

²⁰ A coleção de textos “Caminhadas dos estudantes de origem popular à Universidade Pública”, conjunto de 31 livros editados por universidades federais participantes do projeto Conexões de Saberes em 2006, traz relatos contundentes desses obstáculos desde o ensino médio até a vida universitária.



A PESQUISA: MOVIMENTOS EM MOVIMENTO

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de setembro e dezembro de 2016 e teve como principal objetivo identificar as organizações, movimentos sociais, coletivos e outros grupos do movimento negro que incluem a educação como tema relevante em sua agenda de atuação. Além de realizar um levantamento nacional sobre a organização dos movimentos e suas relações com a agenda, um dos resultados esperados era favorecer a criação de redes e articulações entre distintos grupos. Além disso, estava prevista a realização de oficina de trabalho, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, com entidades participantes da pesquisa para o estudo de indicadores educacionais e sociais com a finalidade de subsidiar a avaliação e o acompanhamento do direito à educação pelas entidades e grupos que atuam nessa pauta.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados prioritariamente os conteúdos de internet, por meio de uma busca detalhada a *sites* e redes sociais. A equipe de pesquisadores²¹ dividiu-se entre localização de informações na rede, contato com coletivos, organização das tabelas, envio de *e-mails* e contato telefônico para apurar outros detalhes que não foram encontrados nos *sites* e/ou redes sociais visitadas. Também foram utilizados documentos disponíveis na rede, como manifestos e cartas em defesa dos direitos humanos e/ou direitos de pessoas negras e documentos em favor do direito à educação e acesso ao ensino superior.

Um caminho minuciosamente percorrido foi a visita aos *sites* de fóruns e comissões de igualdade racial constituídos em estados e municípios do país, identificados a partir do Fórum Nacional e de outras manifestações coletivas da comunidade negra. Além de procurar movimentos, coletivos, organizações, etc., relacionados à educação, contatamos também instituições relacionadas a questões da juventude negra, comunidades quilombolas, de mulheres negras e as religiões de matrizes africanas. Complementando essas ações, criamos uma página no Facebook – ainda em funcionamento – para a divulgação da pesquisa.

²¹ Composição da equipe: André Lázaro, coordenador; Luciano Cerqueira, Mirtes Santos, Carolina Castro, Meyrieli de Carvalho Silva; assistentes de pesquisa, Beatriz Tefer, Isabela Dino, Carine Ramos estagiárias.

Para garantir a fidedignidade da pesquisa, foi decidido que o questionário não ficaria aberto para que qualquer pessoa pudesse preenchê-lo. A crescente atuação de grupos racistas nas redes sociais alertou para a possibilidade de a pesquisa ser invadida e inviabilizada pela intervenção desses grupos. Assim, após feito o contato, era enviado o questionário para aquele grupo específico.

Durante a pesquisa foi observado que o retorno estava baixo, e como forma de buscar contato com novos respondentes foi realizada uma reunião com grupos organizados de jovens negros integrantes de coletivos estudantis que atuam na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde a Flacso Brasil está localizada. Esse encontro permitiu maior entendimento sobre os desafios que os jovens negros enfrentam dentro do espaço acadêmico e também possibilitou apresentar a pesquisa, colher contatos dentro da UERJ e compreender, em parte, as dificuldades que a pesquisa enfrentaria.

O questionário foi dividido em 4 blocos:

- 1 – Identificação do respondente –este bloco foi para identificar o perfil das pessoas que estão à frente desses grupos;
- 2 – Tipo de organização – com o objetivo de perceber como as organizações se identificam e quais os níveis de formalidade; se são Organizações não governamentais com ou sem formalização, movimento social; coletivo estudantil, grupo de organização local; grupo religioso ou cultural. Havia questão destinada a verificar o tempo de atuação desses grupos, e quais públicos atendem.
- 3 – Fonte de financiamento –com o objetivo de conhecer como os grupos/instituições financiam suas atividades.
- 4 - Com que área trabalham – com a finalidade de identificar as principais áreas de atuação, a questão solicitava classificar os temas em ordem de prioridade.

Realizar o levantamento das organizações pela internet não se constituiu em uma tarefa simples. Embora a *web* tenha tornado a tarefa possível de ser realizada por uma equipe relativamente pequena, as organizações encontradas, na maioria das vezes, não apresentam informações completas em suas páginas, e a atualização de *e-mails* e



telefones não parece ser realizada de forma periódica, o que dificultou muito o estabelecimento da relação. A rotatividade de lideranças também parece um fator a ser considerado quando se trata de organizações juvenis negras, pois a dinâmica da vida do jovem, ao mesmo tempo que potencializa o movimento negro, apresenta uma rotatividade nas frentes de militância, acarretando dificuldades de contato.

Outro fator observado foi a maneira como as organizações articulam (ou não) suas ferramentas de comunicação. As redes sociais, principalmente o Facebook, otimizaram o acesso a informações das organizações relacionadas ao movimento negro, no entanto, uma vez que essas ferramentas tendem a excluir as formas antigas de contato, os tradicionais *e-mail* e telefone já não estão disponíveis. Apesar de ser do conhecimento de todos o imenso potencial estratégico das redes sociais, *sites*, *blogs*, nem sempre essas fontes estão devidamente organizadas e acessíveis a um público amplo.

Mesmo diante desses obstáculos metodológicos, foram identificados um total de 526 organizações, coletivos e movimentos sociais. Entre estes, em 357 foi possível identificar algum tipo de contato do tipo telefone ou *e-mail*, por meio dos quais se solicitou adesão à nossa pesquisa. Encaminhamos 1.457 questionários (contando com reenvio), através do *e-mail* pesquisafiacsoff.2016@gmail.com. Apesar do esforço feito pela equipe, nossos objetivos se frustraram com a baixa proporção de respostas: obtivemos 57 questionários respondidos (em torno de 16%) dos 357 grupos efetivamente contatados.

RESULTADOS OBTIDOS

A região Sudeste é o lugar onde foi encontrado maior número de instituições identificadas pela pesquisa: são 157. Não é de surpreender, pois, nessa região, temos mais de 80 milhões de habitantes, numa população de pouco mais de 200 milhões no país. Além do mais, a região Sudeste tem instituições com forte tradição de militância social e política, onde vive a segunda maior população negra do Brasil, inferior apenas à região Nordeste. E é na região Nordeste que se encontra o segundo maior número de instituições, 142. Nessa região temos os dois estados com as maiores populações negras do Brasil: Maranhão, com 80%, seguido de perto pela Bahia, com 79,3%. Em seguida, temos a região Norte, com 51 instituições; a região Centro-Oeste, com 35; e, por último,



a região Sul, com 33 instituições. No caso de 108 instituições, não foi possível localizar o estado ou região de origem.

Na identificação dos respondentes, obtidas com os 57 questionários efetivamente preenchidos, constam 61,8% de mulheres e 38,6% de homens. No quesito raça/cor, destaca-se a elevada proporção de respostas “preta”, com 73,7%, “branca”, com 14%, e “parda”, com 12,3%. Já a composição das equipes integrantes dessas organizações tem os seguintes perfis: “somente pessoas negras” 36,8% e “misto” 63,2%.

Questionada sobre o tipo de organização, quando havia alternativas como ONG (29%), movimento social (21%), coletivo estudantil (7%), entre outras possibilidades, surpreende que 26% tenham respondido “outros”, expressando a diversidade de formas de organização hoje existentes. Embora a maior parte das instituições respondentes participe de redes da sociedade civil (66,7%), a proporção de grupos que atuam em espaços de decisão no âmbito do estado (como conselhos consultivos e grupos de trabalho) é inferior: apenas 57,9%. Os grupos prioritários com que trabalham essas 57 organizações são as mulheres negras e juventude (cada um com 20,4% das respostas) e estudantes (15,4%), sendo os grupos quilombolas (13,4%), LGBTT (8,5%), mulheres (7%), campo/rural (4%) os demais citados pelas organizações.

Quanto às lideranças das organizações, os dados indicam que são mulheres negras a grande maioria das pessoas que responderam os questionários enviados. Talvez essa informação expresse tanto a maior mobilização de mulheres negras em defesa de seus direitos como a ascensão do movimento feminista negro na primeira década deste século. E observe-se que “mulheres pretas” têm maior ocorrência que “mulheres pardas”.

Quanto às áreas de atuação, educação (17,7%), cultura (17%) e juventude (15%) foram as mais referidas, ficando os temas saúde (9,9%), justiça e segurança (9%), economia e meio ambiente com proporções iguais (7,5%) e trabalho e moradia com proporções inferiores entre os respondentes (6,1%).

O financiamento das organizações continua sendo um dos desafios mais relevantes: 34% das organizações responderam que trabalham sem financiamento, enquanto 18,4% informam gerar a própria renda por atividades que desenvolvem.



Praticamente 1/3 das organizações dependem de editais públicos (31%), enquanto fundações (6,9%) e agências internacionais (5,7%) são responsáveis pelo apoio a pequena parte delas. O perfil do financiamento talvez reforce a principal demanda formulada pelos respondentes. Questionadas sobre “qual tema (áreas) sua organização/grupo/movimento acha que precisa obter mais conhecimento”, a maioria das respostas (52%) apontou o item “elaboração/gestão de projetos”, ficando “proteção dos direitos humanos” (15,8%), “ações afirmativas” e “leis na área de educação” (cada qual com 8.8%) como temas solicitados.

ACHADOS E DESAFIOS

Embora não seja possível tirar conclusões que sejam representativas do que hoje se passa nos movimentos e coletivos, os dados levantados pela pesquisa permitem inferir alguns pontos de interesse. Em primeiro lugar, o movimento social organizado sob distintas formas: organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições, grupos, coletivos estão presentes e atuantes em todos os estados da federação. A presença feminina na liderança das entidades e na agenda dos temas releva o quanto o movimento social negro está se articulando com as demais agendas, assim como em temas da juventude, segurança, trabalho, saúde e meio ambiente. Embora parte das organizações que responderam formalizado sua existência por meio de registro (61,4% têm CNPJ), é notável a fragilidade institucional pela falta de financiamento estável e suficiente para a maioria delas. A demanda por formação na área de formulação e gestão de projetos destaca o caráter militante dessas organizações e a necessidade de aprofundar a formação gerencial desses quadros para que melhor possam cumprir seus objetivos políticos. Embora a proporção de retorno dos questionários (16%) não permita nenhuma generalização de conclusões, a pesquisa revelou aspectos relevantes sobre formas de organização, agenda e desafios de organizações do movimento social.

Há diversas hipóteses para a baixa taxa de retorno e naturalmente a não resposta é um dado relevante para a pesquisa. Há interpretações possíveis que serão apresentadas sem a pretensão de esgotar o assunto. O primeiro ponto é a diferença entre 526 grupos identificados e 357 com contatos acessíveis. A razão provável é que as instituições mudam seus contatos ao longo dos anos e, por isso, alguns dos endereços de *e-mail*



foram desativados e/ou os *blogs* que antes serviam para disseminação de informações dos coletivos e movimentos sociais deixaram de ser atualizados em favor de outros meios de contato e comunicação. Outra possibilidade explicativa é que as organizações experimentem ciclos de atuação que mobilizam e desmobilizam redes de contato em função de fatos e conjunturas políticas, ativando ou desativando suas páginas de acesso público.

Com relação à baixa proporção de respostas perante os grupos efetivamente contatados, é preciso evitar interpretações precipitadas. Após a conversa com militantes de coletivos e integrantes de movimentos sociais, amadureceu uma hipótese: hoje se nota no movimento negro em geral, e no jovem movimento negro em particular, resistência em participar de estudos e pesquisas que não sejam conduzidas por organizações do próprio movimento. Um exemplo dessa atitude política foi a realização do Encontro de Estudantes e Coletivos de Universitários Negros (EECUN: <http://eecun.com.br/>) realizado em maio de 2016 no Rio de Janeiro, nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo manifesto recusa a participação de organizações sindicais e político-partidárias²². Na mesma data de realização do encontro ocorria a votação que determinou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e o assunto foi praticamente ignorado no debate, exceto pela intervenção do reitor da UFRJ, professor Roberto Leher. Há razões históricas para a recusa perante o universo da política institucional. A atitude vai lidar com argumentações sobre a relevância de um enfrentamento do racismo que vá além da comunidade negra, reconhecendo seu protagonismo, e alcance as esferas da representação política. Na conversa com coletivos negros da UERJ, a mesma visão foi formulada: são os negros que devem falar sobre as questões dos negros. É uma questão central para esses coletivos, além das necessárias condições de permanência, como bolsa, moradia, transporte, alimentação, é a presença de autores negros e negras na bibliografia dos cursos e a inclusão de temáticas que dialoguem com as condições de origem dessas populações.

A postura política do movimento negro em defesa de seu protagonismo pode ser uma das razões que influenciaram a baixa participação na pesquisa, uma vez que as

²² Ver, por exemplo: <https://coletivonegrada.wordpress.com/2016/05/04/estudantes-negros-do-es-participam-de-encontro-nacional-de-estudantes-e-coletivos-universitarios-negros-na-ufrj/>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

instituições promotoras – Fundação Carlos Chagas, Laboratório de Políticas Públicas da UERJ e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – não são instituições do movimento negro, embora tenham trabalhado desde há muito tempo com a temática das relações raciais e educação e tenham pioneirismo na defesa de políticas de ação afirmativa. É possível, ainda, que o momento político que vivemos tenha influenciado a resistência em responder ao questionário.

Após a derrubada do governo da presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, instalou-se um clima de insegurança e desconfiança nos movimentos sociais. Iniciativas do governo federal revelaram a intenção de cercear o direito de mobilização e cresceu a repressão policial aos protestos de rua. Cresceram também as manifestações de intolerância, ódio e racismo, tanto nas redes sociais como também nas universidades federais, assim como acentuou-se a desconfiança quanto ao interesse de instituições sobre dados dos movimentos sociais. Mesmo que se trate, aos olhos de pesquisadores, de uma desconfiança descabida, é preciso reconhecer que há, no momento, atitudes do governo federal, inclusive na área da inteligência contra movimentos sociais, que despertam preocupações. É o caso de lembrar a presença de oficial do exército infiltrado em ação até hoje não explicada, levando jovens manifestantes contra a Medida Provisória do Ensino Médio para serem presos pela polícia militar de São Paulo, o que foi entendido como uma armadilha²³. É de se supor que essa não tenha sido a única iniciativa dessa natureza, pois lembra o desastrado atentado ao 1º de maio de 1981, no Riocentro, Rio de Janeiro, igualmente nunca devidamente esclarecido por investigação independente.

A compreensão de que a resistência a responder a pesquisa tenha motivações políticas justificadas não significa que a distância entre entidades de pesquisa e movimentos sociais deva ser aceita sem questionamentos. A história recente demonstra que a produção intelectual comprometida com os valores da democracia e dos direitos humanos é uma das mais potentes armas para a transformação social de que necessita o país. É preciso, portanto, criar espaços e canais para que a aproximação se realize, preservadas as autonomias e estratégias de cada uma das entidades e organizações que militam acadêmica e politicamente no campo, tarefa tão necessária hoje quanto urgente.

²³Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/09/politica/1473452777_631937.html. Acesso em 21 de setembro de 2017.



CONCLUSÃO

A partir de 2016 e até há pouco, inclusive na abertura de eventos acadêmicos, ouvia-se com frequência a saudação: “*primeiramente, Fora Temer!*”. Nos novos tempos, em que o cinismo se cristalizou como uma ferida exposta, já não faz diferença registrar esse protesto. É, assim, uma ferida a mais que ofende diariamente a cidadania, tal como a violência contra a juventude, o crescimento do fascismo e ameaças cotidianas contra mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, povos indígenas e quilombolas, população LGBT, crianças e jovens das comunidades pobres. A corrupção sistêmica é apenas mais uma das violências impostas. Direitos conquistados não são assegurados, e há dúvidas sobre a garantia, pela justiça, de que todos e todas estão submetidos às mesmas leis. Há uma ânsia acusatória, difundida de modo inconsequente, inclusive pela mídia tradicional, que em si mesma é uma condenação. A violência policial que atacou as manifestações de rua de 2013 é a mesma que, diariamente, se abate sobre as vilas, favelas e comunidades pobres das grandes cidades.

As preocupações quanto ao futuro da agenda do encontro de 1986 obtiveram distintas respostas neste balanço de 30 anos. No campo da educação há conquistas evidentes tanto no acesso a níveis cada vez mais elevados de escolaridade quanto na agenda dos temas de que a educação deve tratar. Se, por um momento, foi possível pensar em um lapso entre gerações, o cotidiano universitário demonstra que, embora possa haver rupturas e descontinuidades, essencialmente mudaram as formas de lutas do jovem movimento negro. Concepções de ação política parecem reorientadas: não mais cargos e disputas nas estruturas verticais de poder, mas organizações horizontais e coletivas que questionam as práticas cotidianas do racismo nas instituições. Diversos coletivos agem enfrentando o racismo institucional, onde quer que ele esteja, mesmo no movimento estudantil, se for o caso.

Jovens ingressantes pelas políticas de ação afirmativa já se encontram na finalização do mestrado, outros concluindo teses de doutoramento e alguns disputando vagas nos concursos de instituição públicas de educação superior. A universidade não será a mesma após o ingresso desses jovens de baixa renda, vindos da escola pública, negros, negras, indígenas, jovens do campo e das periferias urbanas. Tendo em vista tais lutas e conquistas, torna-se evidente que o esforço intelectual de produzir conhecimento,



dados e informações tem logrado gerar consciência cidadã e política e contribuído para a mobilização de distintas parcelas da sociedade brasileira, em particular os movimentos negro e feminista. Tanto o trabalho do GEA-ES quanto a pesquisa “*Movimentos em Movimento*” evidenciaram que as conquistas obtidas pelos movimentos sociais alcançaram resultados e visibilidade que confrontam interesses arraigados e preconceitos ativos.

No entanto, permanece urgente responder às questões “*do que mais precisamos falar*” e “*com quem precisamos falar*”. A pesquisa “*Movimentos em movimento*”, ainda que não represente a complexidade do campo dos movimentos sociais, foi capaz de mostrar a necessidade de políticas que viabilizem a agenda autônoma dos movimentos em favor da cidadania e da participação democrática. Uma vez que essas organizações disputam espaço na agenda pública e praticamente não contam com apoio privado, é preciso que haja financiamento e formação de quadros para garantir a presença propositiva, avaliativa e supervisora da sociedade civil no desenho e realização das políticas.

Precisamos falar sobre o extermínio da juventude negra e seus impactos nas famílias, comunidades e na própria sociedade, que não pode ficar indiferente a essa violência. Precisamos falar sobre os mecanismos que ainda excluem crianças e jovens negros das escolas por meio de procedimentos nem sempre silenciosos, mas quase sempre ignorados. Precisamos falar sobre a desigualdade no mercado de trabalho, em especial para as mulheres negras, mas também para jovens e homens adultos negros. Precisamos falar sobre a representação política, não apenas em sua precária dimensão quantitativa, mas também no compromisso com a superação das desigualdades e a agenda antirracista.

No campo da educação, especificamente, precisamos falar sobre a efetiva adoção da lei n. 10.639 pelas redes e sistemas de ensino, mas precisamos falar, com maior ênfase e urgência, com a academia e as instituições formadoras de professores que não assumiram a responsabilidade que lhes cabe no enfrentamento do racismo. Precisamos falar sobre os procedimentos que estão excluindo jovens negros de baixa renda dos cursos universitários que alcançaram com a nova legislação. E precisamos falar com o movimento estudantil, movimentos docentes e sindicatos de técnicos



administrativos sobre o racismo institucional ainda praticado nas universidades e institutos. Precisamos falar sobre o destino desses jovens após a conclusão de seus cursos e precisamos investigar como o mercado de trabalho e a pós-graduação têm acolhido esses novos formandos.

Há, portanto, muito sobre o que falar. E precisamos renovar os interlocutores para ampliar a compreensão sobre os impactos do racismo na sociedade brasileira. Se, em tempos de participação democrática, as conferências nacionais foram espaço de atuação dos movimentos sociais nas agendas públicas, hoje se impõe nova realidade marcada por discursos agressivos e hostis aos direitos, manifestações fascistas contra a educação, a arte e a cultura. E, fato gravíssimo, essas hostilidades produzem e encontram eco e apoio em partes da população, inclusive na população jovem. As preocupações agravam-se quando estes ecoam ideais dessa extrema direita fascista e conservadora. Cabe à academia, aos movimentos sociais e aos intelectuais uma dedicação intensa para esclarecer o custo do fascismo para toda a sociedade.

O encontro de 2016, retomando temáticas de há 30 anos, demonstra que as agendas não podem ficar isoladas, embora, como observou a professora Nilma Lino Gomes, seja necessário reconhecer distintos sujeitos do protagonismo na condução dos temas. Estamos aprendendo – e reafirmando – que a agenda da educação não pode se separar das demais agendas, pois, como apontava há 30 anos Maria Malta, nossa “*crença no poder da educação*” nos levou a compreender sua força e sua fraqueza, a mesma que Paulo Freire havia registrado ao dizer que a educação não muda o mundo, muda as pessoas que podem mudar o mundo. E não o fará sozinha.

É necessário enfrentar a ideologia da “guerra às drogas” que é apenas mais uma justificativa “sanitária” para eliminar parte da juventude negra, enfrentar o racismo no mercado de trabalho, transformar a agenda e a representação de corpos negros e voz da população negra nos meios de comunicação, e ampliar nossos interlocutores para a base da sociedade brasileira. É preciso denunciar a violência fascista, em especial aquela que se esconde sob a fachada do movimento “escola sem partido” (Frigotto, 2017).

A agenda da educação tem a capacidade de dar forma a um conjunto de direitos e ampliar o reconhecimento do valor da democracia para a convivência de todos. A qualificação dessa democracia é tarefa educadora tanto dos movimentos sociais como

também da academia, como têm demonstrado as instituições que convocam esse encontro, e também aquelas que participaram da pesquisa “*Movimento em movimento*”. Se a sociedade brasileira está finalizando precocemente “um ciclo democrático”, mais responsabilidades recaem sobre as organizações acadêmicas que não podem se furtar aos compromissos que as instituem. Riscos maiores correm os movimentos sociais, caso não contem com o apoio e diálogo de toda a sociedade.

As políticas de ação afirmativa têm sido decisivas para ampliar as possibilidades de acesso da população negra na educação superior e, desse modo, democratizar a universidade. A sustentação dessa política, porém, depende de ações muito concretas e cotidianas tanto das instituições como dos movimentos e coletivos que estão diretamente envolvidos em sua implementação. A relação permanente com as redes públicas do ensino médio, o reconhecimento dos saberes que chegam com os jovens da primeira geração a ingressar na vida universitária, as políticas de permanência, a valorização dos temas que esse novo grupo traz como questão e desafio são iniciativas urgentes para dar à política de ação afirmativa o conteúdo necessário para seu sucesso, que será o sucesso de toda a sociedade brasileira pelo potencial transformador que traz.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord). *Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falamos os jovens*. Rio de Janeiro: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2016.

Anuário Brasileiro de Educação Básica 2017. Todos pela Educação. São Paulo: Moderna, 2017.
ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação: *Regulamentação da lei 10.639: Parecer n.º 3, homologado e publicado em 19 de maio de 2004 e Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012 e pela Portaria normativa n.º 18 do MEC, de 11 de outubro de 2012*. Brasília, 2012.

BRASIL. *Lei 12.990, de 9 de junho de 2014*. Brasília, 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: março de 2015.

CADERNOS DE PESQUISA, São Paulo, n. 63, nov. 1987.

FLACSO/LPP. *Coleção Cadernos do GEA*, v. 1-5, n. 1-10, 2012-2016.

FLACSO/LPP. *Coleção Estudos Afirmativos*, v. 1-8, 2012-2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF, 2016.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS/UFRJ. *Caminhadas dos estudantes de origem popular à Universidade Pública*. Edição das Universidades Federais publicadas pelo Observatório de Favelas. Disponível em: <http://of.org.br/categoria/acervo/publicacoes/page/6/>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murilo M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015. p. 79-108.

RISTOFF, Dilvo. *Cadernos do GEA* – n. 9 (jan./jun. 2016). Rio de Janeiro: Flacso, GEA, UERJ, LPP, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: adolescente de 16 e 17 anos no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso, 2015.

*Recebido em janeiro de 2019
Aprovado em março de 2019*